

NOTÍCIAS DE TIMOR NAS FONTES PORTUGUESAS DOS SÉCULOS XVI E XVII¹

*Rui Manuel Loureiro**

A CHEGADA AO ORIENTE

Logo depois de alcançarem a costa ocidental da Índia nos derradeiros anos do século XV, os portugueses procederam a um levantamento alargado das realidades físicas e humanas asiáticas, de forma a compensarem as enormes lacunas do saber europeu, que continuava a basear-se em velhos e desatualizados tratados medievais. A procura de ‘cristãos e especiarias’, para utilizar a fórmula célebre de um dos primeiros homens desembarcados em Calecute, implicava um conhecimento aprofundado das realidades humanas da Ásia marítima. Que povos habitavam aquelas regiões orientais? Quais as suas crenças? Quais os seus costumes e práticas sociais? Quais os sistemas de governo? Com quem seria possível estabelecer alianças? A religião muçulmana estava muito difundida? E haveria núcleos cristãos implantados nos territórios asiáticos? Que tipo de mercadorias era possível obter em cada região? Onde eram produzidas e vendidas as especiarias? E de onde vinham outras mercadorias exóticas? Que produtos podiam ser oferecidos em troca? Enfim, tantas e tantas questões que necessitavam de uma resposta urgente.²

* Doutor em História, Investigador do CHAM da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores.

¹ O presente texto retoma e desenvolve um estudo originalmente publicado em Loureiro 1995, pp. 29-44.

² Para o período anterior a 1521, ver o exaustivo levantamento efetuado em Andrade 1972.

Os primeiros anos do século XVI assistiram ao crescimento espectacular da presença lusitana no Oriente. Os contactos exploratórios de Vasco da Gama em 1498-1499 rapidamente deram origem a claras intenções de fixação territorial dos portugueses em diversos pontos do extenso litoral asiático e a tentativas geralmente bem conseguidas de intervenção nos ativos circuitos mercantis de curto, médio e longo curso. Afonso de Albuquerque é normalmente considerado um dos grandes obreiros do edifício *imperial* português em terras orientais, pois foi durante o seu governo indiano que os portugueses conquistaram Goa (1510) – a futura capital do *Estado da Índia* – e Malaca (1511), estabelecendo ainda um duradouro protetorado sobre Ormuz (1515). Estes três entrepostos, graças às respetivas posições geoestratégicas, permitiram solidificar os interesses mercantis da Coroa lusitana no litoral asiático. Mais tarde, sólidos estabelecimentos foram sendo fundados em diversas zonas da Ásia marítima, e nomeadamente em Ternate (a partir de 1522) e em Macau (a partir de 1555), que vieram possibilitar a cobertura dos mares orientais com uma densa teia de rotas regulares. Esta rede marítima, para além de permitir o escoamento de uma significativa quantidade de mercadorias de luxo em direção ao Cabo da Boa Esperança, e à Europa, abria as portas a uma crescente intervenção portuguesa nos tráficos interasiáticos, que muito frequentemente ultrapassavam em volume e em valor o movimento comercial entre o Oriente e Portugal.³

A conquista de Malaca abriu aos portugueses as portas de um novo e insuspeitado mundo. Os navegadores lusitanos, com uma rapidez impressionante, tentaram entrar em contacto com os mais importantes centros mercantis da Ásia Oriental, desvendando ao mesmo tempo os principais mecanismos que regulavam os tráficos inter-regionais. Afonso de Albuquerque, perseguindo um tal objetivo, procurou logo depois de 1511 estabelecer relações de trato e amizade com os mais poderosos vizinhos daquela cidade malaia, de modo a viabilizar a continuidade da presença portuguesa no Sudeste Asiático. Mesmo antes da conquista final de Malaca, enviara Duarte Fernandes ao Sião, a bordo de juncos chineses que regressavam ao Celeste Império, e que de caminho fariam escala na costa oriental siamesa. Já depois de efetivada a conquista

³ Para uma síntese atualizada sobre a presença portuguesa no Oriente, ver Subrahmanyam 1993.

daquela cidade portuária, Afonso de Albuquerque, no prosseguimento desta política de boa vizinhança, recebeu vários embaixadores de potestados circundantes, que vinham verificar a nova situação que se vivia em Malaca. Simultaneamente, despachava emissários rumo a outras regiões, certamente aquelas que haveria maior urgência em contactar, quer por razões de mera sobrevivência da praça, quer por decisivos interesses de ordem mercantil. Deste modo, Rui Nunes da Cunha foi enviado ao Pegu, onde assentou amizade e trato com o soberano local, enquanto António de Abreu era encarregado de comandar uma frota destinada a demandar as ilhas mais orientais da Insulíndia onde constava que eram produzidas as maçãs e o cravo, valiosíssimas especiarias.⁴

A geografia das viagens portuguesas, nesta fase, relaciona-se intimamente com a localização dos grandes centros produtores e distribuidores de mercadorias de luxo e de bens de primeira necessidade. Os navegantes lusitanos, por um lado, buscavam o cravo, a noz-moscada e a maçã, o almíscar e o benjoim, a cânfora e o lacre, as sedas e as porcelanas, e tantos outros bens exóticos, que poderiam ser exportadas para a Europa com enormes lucros, ou mesmo transacionados em outras praças asiáticas. Por outro lado, a cidade de Malaca necessitava desesperadamente de alimentos, pois era uma terra quase estéril, que de forma alguma produzia mantimentos suficientes para consumo dos seus próprios habitantes. Além do mais, este entreposto luso-malaio não podia sobreviver sem um suprimento regular dos mais variados produtos de uso quotidiano, indispensáveis ao bom funcionamento de uma fortaleza e de uma marinha de guerra, como salitre e enxofre, componentes essenciais da pólvora, chumbo para balas, e também amarras, madeira, breu, estopa, âncoras e outros variados apetrechos navais.⁵

PRIMEIRAS NOTÍCIAS DE TIMOR

Os portugueses, com a expedição de António de Abreu, tentavam alcançar a ilha de Banda, grande centro produtor de maçã e de noz-

⁴ Sobre Albuquerque e o seu governo indiano, ver Bouchon 1992.

⁵ Sobre a presença portuguesa no Sudeste Asiático, ver Thomaz 1994, onde se incluem diversos estudos fundamentais e se indica bibliografia alargada; ver também Lobato 1999. Para uma visão global da história do Sudeste Asiático nos séculos XVI e XVII, ver o estudo fundamental de Reid 1988-1993.

-moscada, e também o arquipélago de Maluco, grupo de cinco ilhas onde na época se concentrava toda a produção de cravinho. Embora o capitão-mor da expedição não chegasse a atingir Maluco, ao que parece por culpa de condições climatéricas desfavoráveis, um dos navios portugueses, comandado por Francisco Serrão, foi naufragar junto à ilha de Amboíno, a partir da qual logo alcançou uma das ilhas de Maluco. Em anos seguintes, os portugueses estabeleceriam relações regulares com as *ilhas das especiarias*, e sobretudo com Ternate, onde viria a ser construída uma fortaleza em 1522-1523.⁶

Entretanto, durante esta expedição, os navios de António de Abreu costeavam a extensa fieira de ilhas que se estende desde Java em direção a levante, registando cuidadosamente as primeiras notícias vivenciais sobre todas as terras visitadas, e recolhendo em cada porto escalado informes detalhados sobre as mais importantes produções locais. Um dos membros da tripulação era o cartógrafo português Francisco Rodrigues, o qual, durante a jornada, que se prolongou pelo ano de 1512, desenhou diversas cartas da Insulíndia, numa das quais Timor, a ilha “homde nace o ssamdallo”, fazia a sua primeira aparição na cartografia europeia, representada com base em informações ou representações de origem asiática.⁷ As *ilhas de Timor*, expressão que designava um conjunto de ilhas e ilhotas situadas na extremidade oriental da Insulíndia, eram frequentadas, antes da chegada dos portugueses, por navegadores chineses, malaio e javanese, que ali procuravam abastecer-se da preciosa madeira de sândalo, utilizada sobretudo na produção de incensos, tão importantes na vida quotidiana das vastas regiões banhadas pelo Mar do Sul da China.⁸ A *Suma Oriental*, tratado geográfico composto maioritariamente em Malaca quando Tomé Pires ali residia entre 1512 e 1514, apresentava as primeiras notícias fidedignas sobre “as ylhas de Timor”, onde existia “gramde soma de samdalos brâquos”, que valiam “mujto barato”. Aliás, inquirindo “Díligentemente”, o boticário português apurara que apenas naquelas ilhas se podiam encontrar quantidades prati-

⁶ A viagem de António de Abreu foi estudada em Cortesão 1974-1975, vol. 1, pp. 343-353.

⁷ Garcia 2008, pp. 98-99.

⁸ Sobre o comércio de sândalo antes da chegada dos portugueses, ver diversos estudos incluídos em Ptak 1999, e também Roeber 2002, pp. 35-59.

camente inesgotáveis desta preciosa mercadoria.⁹ Mais ou menos na mesma época, Duarte Barbosa, um outro noticiarista português que se encontrava na Índia, escreveria no seu *Livro das cousas do Oriente* que, para além de sândalo-branco, se podia também encontrar em Timor “mel e cera e escravos”.¹⁰

As informações colhidas em Malaca, junto de mercadores asiáticos, vão atrair os portugueses a Timor, e, muito embora nenhum documento o ateste, a primeira viagem lusitana àquela ilha, realizada a bordo de um junco luso-malaio, teve certamente lugar em 1514 ou 1515. Para além de confirmarem os informes de carácter mercantil, os exploradores portugueses descobriam que os habitantes da ilha eram “gemtios”, como registava Tomé Pires,¹¹ pouco dados a contactos com muçulmanos, para além de constatarem que ali não existiam juncos de grande porte, indispensáveis à realização de expedições mercantis. Assim, estavam reunidas todas as condições que permitiriam o posterior estabelecimento de relações entre a cidade de Malaca e a ilha de Timor: em primeiro lugar, a importância económica do sândalo timorense justificava amplamente o investimento necessário à viagem; depois, os povos da ilha, organizados em pequenos reinos autónomos, pareciam acolher calorosamente os recém-chegados europeus, uma vez que não existiam antagonismos de ordem religiosa; finalmente, Timor não possuía uma marinha mercante própria, estando o seu comércio externo totalmente dependente da iniciativa de outros povos navegantes.¹²

Entretanto, merece destaque a visita efetuada a Timor em princípios de 1522 pela nau *Victoria*, única sobrevivente da frota de Fernão de Magalhães, que largara de Espanha em Setembro de 1519 para tentar encontrar uma rota ocidental para as *ilhas das especiarias*. Antonio Pigafetta, o italiano que participou nesta aventureira viagem e dela preparou um circunstanciado relato, narra o seu desembarque numa povoação do litoral setentrional timorense, traçando um interessante relato dos seus habitantes, decerto o primeiro a aparecer em escritos europeus:

⁹ Cortesão 1978, pp. 328-329.

¹⁰ Barbosa 1996-2000, vol. 2, p. 392.

¹¹ Cortesão 1978, p. 328.

¹² Sobre a história de Timor neste período, ver Thomaz 2001, pp. 39-52, e sobretudo Hägerdal 2012, pp. 15-50.

O senhor com quem fui falar era servido somente por mulheres. As mulheres andam [...] tôdas nuas; trazem pequenos brincos de ouro com fios de sêda pendentes, nas orelhas. Nos braços, até aos cotovelos, têm muitas manilhas de ouro e de latão. Como as mulheres, os homens andam nus, usando apenas certas coisas de ouro redondas como um trincho, amarradas ao pescoço; no cabelo usam pentes de cana enfeitados com anéis de ouro. Alguns trazem nas orelhas, seguros por anéis de ouro, gargalos de cabaças secas.

Pigafetta dava também nota da organização política da ilha de Timor, referindo-se a diversas chefaturas ali existentes. E transmitia curiosas informações sobre o sândalo, que era cortado “numa determinada fase da lua”, pois “de outra forma não seria bom”. Adiantava ainda uma lista das melhores mercadorias para resgatar a preciosa madeira, que incluíam “panos vermelhos, linho, machados, ferros e pregos”. Enfim, informava que a ilha, “toda habitada”, era “muito comprida no sentido levante poente e pouco larga na direcção norte sul”.¹³

Nas décadas imediatas o tráfico português em direcção a Timor parece ter assumido alguma regularidade, já que o sândalo ali existente era uma mercadoria altamente apreciada em muitos portos da Ásia marítima então frequentados pelas embarcações lusitanas, desde o Golfo de Cambaia até ao litoral meridional da China. Com efeito, o sândalo-branco de Timor (*Santalum album*) é uma madeira muito aromática, que, uma vez pulverizada, se utiliza na composição de perfumes, unguentos e incensos, muito apreciados por todo o Oriente. Os perfumes e os unguentos faziam parte das formas de higiene diária de muitos dos povos asiáticos, enquanto os incensos eram uma componente essencial de numerosas cerimónias rituais ou religiosas. Os próprios europeus recorriam ao sândalo, misturado com água-rosada, para combaterem a febre e as enxaquecas.¹⁴

Apesar da extraordinária importância das madeiras timorenses para os tráficos regionais em que os portugueses participavam ativamente, estes não fundaram nenhum estabelecimento naquelas remotas paragens durante a primeira metade do século XVI. Como reflexo desta situação, as diversas crónicas que davam conta dos feitos orientais dos portugueses que foram sendo produzidas até meados desta

¹³ Lagoa 1938, vol. 2, pp. 191-192.

¹⁴ Ver as informações consignadas em Orta 1987, vol. 2, pp. 282-288, e em Costa 1964, pp. 105-110. Ver ainda Cinatti 1950.

centúria, para depois, em alguns casos, conhecerem honras de impressão a partir de 1550 – da autoria de Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros, Gaspar Correia e Damião de Góis –, não prestaram especial atenção a Timor, território demasiado remoto e por demais excêntrico relativamente aos interesses estratégicos da Coroa lusitana. A situação parece ser um pouco semelhante à do Brasil, onde os navios lusitanos carregavam igualmente madeiras preciosas, e onde também não houve a preocupação de fundar um entreposto permanente, até ao momento em que a concorrência de outras potências europeias veio impor essa necessidade.¹⁵ O sândalo abundava nas *ilhas de Timor*, e não havia certamente qualquer receio de que as reservas da preciosa madeira se esgotassem. E é provável que os contactos com os pequenos potentados do litoral timorense fossem de tal forma amistosos que tornassem redundante a fundação de uma feitoria e de uma fortaleza permanentes, com os pesados encargos de manutenção que lhes andariam associados. As ameaças de ingerência espanhola, entretanto, sugeridas pela expedição de Fernão de Magalhães, haviam já dado origem, em 1521-1522, ao estabelecimento de uma fortaleza portuguesa em Ternate, no arquipélago de Maluco, que parecia suficiente para impor a hegemonia portuguesa naquelas regiões orientais.¹⁶

NEGÓCIOS TEMPORAIS E ESPIRITUAIS NAS ILHAS DE TIMOR

O primeiro estabelecimento português na região das *ilhas de Timor*, afinal, haveria de ser fundado em Solor, por iniciativa de missionários dominicanos. Os mercadores oriundos de Malaca, nas suas expedições regulares em busca do sândalo timorense, tinham concluído que a ilha de Solor, situada a norte de Timor, embora fosse menos verdejante, possuía ancoradouros mais acessíveis. Assim, os portos desta ilha começaram a ser cada vez mais frequentemente demandados pelos navios portugueses, que a partir de Solor tinham acesso fácil às madeiras da vizinha Timor. Por volta de 1556, as Pequenas Ilhas da Sonda foram visitadas por um missionário dominicano,

¹⁵ Sobre a situação brasileira, ver Couto 1995.

¹⁶ Os primeiros contactos dos portugueses com Maluco são analisados em Thomaz 2003, pp. 381-446.

frei António Taveira, que, alegadamente, teria feito mais de 5000 cristãos entre os habitantes de Timor, e muitos outros nas ilhas de Solor e de Flores. É bastante provável que frei Gaspar da Cruz, um outro dominicano, também tivesse deambulado por aquelas paragens em 1557-1558, avaliando as possibilidades de intervenção dos religiosos de São Domingos em áreas não missionadas por outras ordens religiosas.¹⁷ A Companhia de Jesus, estabelecida na Índia desde 1542, monopolizava então a missão nas regiões que se estendiam para leste de Malaca. Porém, os padres jesuítas tinham negligenciado as Pequenas Ilhas da Sonda, onde não desenvolveram quaisquer esforços proseliticos, muito embora não desdenhassem recolher sobre elas notícias que circulavam em Malaca.¹⁸ Mas assim o campo parecia estar livre para os dominicanos, que nas décadas subsequentes haveriam de fazer de Solor um dos principais centros das respetivas atividades.¹⁹

A chegada a Malaca, em finais de 1561, de D. Jorge de Santa Luzia, veio trazer uma nova dinâmica à missão das *ilhas de Timor*, já que o recém-chegado bispo era dominicano, e nunca deixaria de apoiar os esforços dos seus confrades. E, de facto, nos primeiros meses do ano seguinte largava para Solor um grupo de quatro missionários, encabeçados por frei António da Cruz. Estes dominicanos seriam responsáveis pela construção da primeira fortaleza portuguesa em Solor, edificada ao longo do ano de 1566, no seguimento de um frustrado assalto javanês à principal povoação da ilha, que apenas fora repellido graças à imprevista intervenção de uma nau portuguesa regressada das ilhas de Maluco.²⁰ Este episódio revela de forma clara as diversas componentes da expansão portuguesa na Ásia mais oriental, que incluíam: a máquina do *Estado da Índia*, que a partir de Goa zelava pelos interesses da Coroa lusitana e amiúde pelos dos seus funcionários mais poderosos; os missionários de diversas denominações, englobados no Padroado Português, mas que sempre defendiam os interesses das respetivas ordens religiosas; e os mercadores e aventureiros privados,

¹⁷ Ver Cruz 1997, pp. 13-54.

¹⁸ Ver Loureiro 1995, pp. 85-90. Sobre as missões orientais da Companhia de Jesus, ver Manso 2009.

¹⁹ Sobre a missão em Solor e Timor, ver Matos 1974.

²⁰ Ver Santos 1999, pp. 467-476. Ver também Leitão 1948, pp. 13-91, e Lobato 2009, pp. 59-62.

guiadas pelos seus próprios motivos, quando não estavam ao serviço de potentados asiáticos.²¹

A comunidade lusa de Solor cresceu à sombra das muralhas desta fortaleza, que forneciam uma adequada proteção contra eventuais ataques de javaneses e de macáçares, povos islamizados que amiúde hostilizavam os portugueses. Enquanto os mercadores, residentes ou de passagem, se dedicavam ao tráfico do sândalo e de outros bens, os padres multiplicavam as conversões, alargando a cristandade às ilhas circundantes. O interesse e o mérito dos dominicanos foram tacitamente reconhecidos pela Coroa lusitana, que durante muitos anos delegou no superior da Ordem em Malaca a escolha do capitão da praça de Solor.²² A partir desta fortaleza, os portugueses – mercadores, aventureiros e missionários – passam a visitar com mais frequência a ilha de Timor, onde uns se dedicavam a negócios temporais, enquanto os outros tratavam na fazenda espiritual, multiplicando as conversões.

A falta de documentação não permite quantificar devidamente o comércio de sândalo timorense. Porém, informações de inícios do século XVII referem que a produção timorense ascendia a cerca de dois mil bares da preciosa madeira, equivalendo um bar a mais de 140 quilos.²³ Os mercadores portugueses de forma alguma monopolizavam o tráfico, já que embarcações oriundas de muitos outros portos da Ásia Oriental demandavam regularmente a *ilha do sândalo*. Juncos sediados nas províncias meridionais da China, por exemplo, eram desde há muito clientes habituais da odorífera madeira timorense, a qual era consumida em numerosos rituais quotidianos dos chineses.²⁴ O movimento controlado pelos navios portugueses, que se destinava a abastecer sobretudo os mercados da Índia e do Sudeste Asiático, não representava certamente uma quota elevada da produção total de Timor. De outra forma, quer dizer, se o sândalo fosse uma mercadoria tão importante e tão valiosa como o cravinho, por exemplo, os portugueses teriam procurado estabelecer um entreposto fixo na ilha logo

²¹ Sobre estas diversas componentes, ver Subrahmanyam 1993, pp. 216-279.

²² Ver Loureiro 1995, p. 101.

²³ Loureiro 1995, pp. 141-155.

²⁴ Ver a síntese informada de Meilink-Roelofs 1969, que utiliza abundantemente fontes de origem portuguesa; ver também Ptak 1999.

nas primeiras décadas do século XVI, como de resto o haviam feito nas ilhas de Maluco.

Entretanto, o lenho “salutífero e cheiroso” – como lhe chamaria Luís de Camões em *Os Lusíadas*, publicados em Lisboa em 1572²⁵ – mereceu cuidada atenção dos naturalistas portugueses estantes no Oriente. Garcia de Orta dedicaria às “três maneiras de sândalo” um dos capítulos dos seus *Colóquios dos simples e drogas e cousas medicinais da Índia*, impressos em Goa em 1563 e logo de seguida difundidos na Europa, no qual discutia demoradamente a origem, as características e as propriedades da planta. O botânico português, discursando sobre o sândalo timorense, avançava com indicações sobre os principais portos da ilha:

(a qual ilha tem muytos portos de huma banda e de outra); e diguo que o de Mena, que he hum porto, he o melhor de todos, e tem menos pao que os outros: e Matomea, que he outro porto, tem hum sandalo amarelo, mas tem muyto pao. E diguo ter muyto pao, [mas] ter pouco cerne, porque no cerne está o cheiro; e o outro porto dito Camanace tem ruim sandalo, porque he de muyto pao e de pouco cerne, ou amaguo: e desta maneira he o sandalo de Cerviaguo (outro porto asi chamado).²⁶

E referia-se ao tipo de árvores, dizendo que a do sândalo “he tamanho como huma nogueira”, com uma folha “muyto verde”, uma “frol azul escura” e uma “fruta verde do tamanho de cereja”.²⁷ Poucos anos mais tarde, em 1578, Cristóvão da Costa, que vivera na Índia, publicava em Burgos um *Tratado de las drogas y medicinas de las Indias Orientales*, no qual retomava e desenvolvia as notícias do seu predecessor. Assim, o físico português referia que o “cordial sândalo, nasce em Timor, donde é a maior quantidade dele”, indicando algumas das suas aplicações médicas, em dores de cabeça, delírios, males de estômago, e outras maleitas.²⁸

²⁵ Camões 2000, X-134: “Ali também Timor, que o lenho manda / Sândalo, salutífero e cheiroso”.

²⁶ Orta 1987, vol. 2, p. 283. O naturalista português referia-se a Mena, na costa norte de Timor, Camanassa, na costa sul, e Servião, na parte oriental da ilha; Matomea será talvez uma leitura deficiente de outra região timorense.

²⁷ Orta 1987, vol. 2, p. 284.

²⁸ Costa 1964, pp. 105-110 (cit. na p. 105).

Também os cartógrafos portugueses não se esquecem de localizar a ilha de Timor nos muitos mapas manuscritos que vão sendo produzidos ao longo do século XVI e que vão dando conta de realidades geográficas orientais anteriormente desconhecidas dos europeus. Um planisfério datado de 1529 de Diogo Ribeiro, cartógrafo português que então estava ao serviço de Espanha, faz-se eco das cartas de Francisco Rodrigues, representando a ilha de “Timor”, que era acompanhada da legenda “Aquy ay mucho sandalo”.²⁹ Alguns destes mapas terão decerto circulado pela Europa, encontrando eco em alguma da cartografia relativa à Ásia que vai sendo publicada. Dois mapas do cartógrafo italiano Giacomo Gastaldi, publicados em 1548 e 1554 em Veneza, representam já a ilha de Timor, que embora apresente uma configuração conjectural, aparece localizada de forma acertada na parte mais oriental da Insulíndia.³⁰ O célebre planisfério de Gerard Mercator, impresso em 1569 em Duisburg, também incorporava uma ilha de “Timor”, informação que era replicada na carta do Sudeste Asiático incluída no *Theatrum Orbis Terrarum*, o célebre atlas de Abraham Ortelius impresso em Antuérpia em 1570. Contudo, em ambos os casos Timor aparecia erroneamente associada ao topónimo “Ternate”.³¹ Mas a cartografia manuscrita produzida em Lisboa e em Goa nas décadas de 1550-1560, que pouco terá circulado, dado o seu carácter reservado, já apresentava o território timorense com uma configuração assaz rigorosa, na parte mais oriental da correnteza de ilhas indonésias. Sirvam de exemplo as cartas ou mapas de Diogo Homem (1558, “J. de Timor”),³² de Bartolomeu Velho (1561, “Timor”),³³ de Lázaro Luís (1563, “Timor”)³⁴ ou de Fernão Vaz Dourado (1568, “Timor domde uem o samdallo”).³⁵

Os informes textuais e cartográficos sobre Timor disponíveis nos estabelecimentos portugueses do Oriente teriam uma circulação bastante mais alargada a partir de 1595, com a publicação nesse ano, em Amesterdão, do *Itinerario* de Jan Huygen van Linschoten. Com

²⁹ Cortesão & Mota 1987, vol. 1, pp. 104-106, e est. 40.

³⁰ Suárez 1999, pp. 130-135.

³¹ Suárez 1999, pp. 166-167.

³² Nebenzahl 2004, pp. 68-69.

³³ Cortesão & Mota 1987, vol. 2, pp. 95-101, e est. 204.

³⁴ Garcia 1992, p. 174.

³⁵ Cortesão & Mota 1987, vol. 3, pp. 3-12, e est. 244.

efeito, o viajante holandês estanciara longamente em Goa na década de 1580, procedendo então a uma alargada recolha de notícias sobre o mundo oriental, que divulgaria sob forma impressa após o seu regresso aos Países Baixos. A sua obra incluía uma detalhada carta do Sudeste Asiático, inspirada em trabalhos do cartógrafo português Bartolomeu Lasso, na qual surgia a ilha de “Timor”.³⁶ O *Itinerario*, entretanto, referia-se à “ilha chamada Timor (onde a madeira de sândalo cresce em grande quantidade)”, descrevendo ainda as características e as propriedades do odorífero lenho, com base em dados colhidos no citado tratado de Garcia de Orta.³⁷

A presença constante de religiosos de São Domingos nas *ilhas de Timor* explica o interesse que os cronistas da Ordem manifestaram por estes longínquos territórios. Frei João dos Santos, que em 1586 chegava à Índia, para uma longa estada que se havia de prolongar, com uma breve interrupção, até 1622, dedica um largo espaço da *Etiópia Oriental*, publicada em Lisboa em 1609, aos feitos missionários dos seus confrades em Solor, nas Flores e em também Timor, sem, contudo, se preocupar com a descrição do cenário humano e geográfico onde localizava as suas narrativas piedosas.³⁸ Frei Luís de Sousa, escritor dominicano que redigiu as três primeiras partes da *História de São Domingos*, publicadas em Lisboa em 1623, 1662 e 1678, retomaria muitas das notícias do seu antecessor, salientando o esforço missionário dominicano nas mais remotas ilhas da Insulíndia.³⁹

O primeiro governador de Solor nomeado por iniciativa régia parece ter sido António Vilhegas, talvez como recompensa de uma longa carreira ultramarina, e certamente no âmbito da reorganização administrativa dos estabelecimentos portugueses no Oriente que teve lugar com a subida ao trono de Portugal de Felipe II de Espanha depois de 1580. António Vilhegas largava de Lisboa em janeiro de 1586, e no ano seguinte já se encontrava no longínquo entreposto português. Desde então, a Coroa lusitana passou a assegurar a nomeação do capitão de Solor, o qual detinha uma jurisdição de fronteiras

³⁶ Linschoten 1997, grav. 39. Sobre Lasso, ver Nebenzahl 2004, pp. 88-89.

³⁷ Linschoten 1997, pp. 118 e 249.

³⁸ Ver Santos 1999, pp. 467-476.

³⁹ Ver Sousa & Santa Catarina 1977. Sobre a missionação católica em Timor, ver Matos 1974, pp. 41-70.

bastante indefinidas, mas abrangendo a presença portuguesa em várias das Pequenas Ilhas da Sonda, como Flores, Alor, Lomblen e Timor. As relações com as formações políticas locais, muito fragmentadas, nem sempre foram pacíficas, e sofreram amiúde a intrusão de potentados islâmicos vizinhos, sediados em Java e em Macáçar, sobretudo. Mas o tráfico de sândalo e a catequização das populações locais continuaram a evoluir paulatinamente, em mais um exemplo, tão frequente na expansão portuguesa, de informal aliança entre interesses mercantis e preocupações missionárias.⁴⁰

A CHEGADA DOS HOLANDESES E A QUEDA DE MALACA

Os portugueses tinham conseguido, durante quase toda a centúria de Quinhentos, manter o monopólio da *rota do Cabo*, impedindo persistentemente o acesso de navios de outras regiões da Europa aos mares orientais. Com o virar do século, porém, a Holanda e a Inglaterra, potências em fulgurante ascensão, e finalmente possuidoras de uma marinha de guerra capaz de competir com as armadas lusitanas, começaram a demandar cada vez mais regularmente as Índias Orientais.⁴¹ Entre 1591 e 1594 uma expedição inglesa comandada por James Lancaster deambulou por todo o oceano Índico, escalando algumas das ilhas mais ocidentais da Insulíndia. E em 1595-1596 uma armada holandesa sob as ordens de Cornelius de Houtman atingia o porto javanês de Bantem – identificado normalmente com a *Sunda* das fontes portuguesas quinhentistas –, lançando de imediato as bases de uma presença firme no Sudeste Asiático. A partir de então, os interesses asiáticos dos portugueses iriam sofrer profundos reveses, em virtude da chegada em força ao Oriente de navios oriundos do Norte da Europa.

A partida dos holandeses rumo às Índias havia sido precedida de minuciosas pesquisas, levadas a cabo em Goa e em Lisboa por agentes competentes. O já citado Jan Huygen van Linschoten vivera na capital do *Estado da Índia* entre 1583 e 1589, recolhendo avidamente notícias sobre os locais de origem e sobre os mecanismos de circulação das mais valiosas mercadorias asiáticas. E o próprio Cornelius de Houtman

⁴⁰ Ver sobre esta questão Villiers 1985, pp. 571-600.

⁴¹ Para uma visão generica das expansões europeias, ver Scammell 1981.

visitara Lisboa antes de efetuar a sua primeira viagem ao Índico. Linschoten, no seu *Itinerario*, apresentava a Insulíndia como a região mais apropriada ao estabelecimento dos seus compatriotas, pois, além de possuir muitas das mais preciosas especiarias de luxo, estava dividida em inúmeros potentados rivais, alguns dos quais teriam interesse em acolher os holandeses. Acrescia ainda o facto de a presença lusitana ser nessas regiões asiáticas menos densa do que noutras partes do Oriente, pois os portugueses apenas possuíam um estabelecimento sólido em Malaca, para além de algumas fortalezas em Tidore, em Amboíno e em Solor. Mas estes entrepostos estavam separados entre si por enormes distâncias, dificultando os contactos e os abastecimentos, para além de estarem rodeados de territórios nem sempre amigáveis.⁴²

As primeiras décadas do século XVII, assim, assistiram ao progressivo declínio do porto de Malaca, que, para além de enfrentar a concorrência holandesa, teve de suportar os constantes assédios do vizinho sultanato de Achém, no norte da ilha de Samatra, que hegemonizou a resistência muçulmana aos europeus. O facto de Malaca servir de base de apoio aos estabelecimentos portugueses da Ásia Oriental explica muitas das dificuldades logísticas que estes passaram a sentir. Esta época de livre concorrência entre várias potências europeias parece ter sido especialmente propícia ao desenvolvimento, por aventureiros portugueses, de empreendimentos privados, baseados num apurado conhecimento das realidades geográficas e humanas do Sudeste Asiático.⁴³

As Pequenas Ilhas de Sonda também foram demandadas pelos holandeses, que ali buscavam, tal como anteriormente os mercadores lusitanos, a preciosa madeira de sândalo. Assim, a fortaleza de Solor era ocupada uma primeira vez entre 1613 e 1615 por uma força oriunda dos Países Baixos, de novo entre 1618 e 1629, para ser definitivamente abandonada pelos portugueses em 1636. A comunidade lusa ali residente foi obrigada a demandar outras paragens, fixando-se nomeadamente em Larantuca, na vizinha ilha das Flores, e talvez em alguns pontos do litoral timorense.⁴⁴ Por estes anos, os interesses dos mercadores portugueses estabelecidos nas *ilhas de Timor* tinham sido redirecio-

⁴² Ver Linschoten 1997. Sobre a concorrência luso-holandesa neste período, ver Veen 2000.

⁴³ Ver o estudo fundamental, e ainda não superado, de Boxer 1967.

⁴⁴ Ver Loureiro 1995, pp. 125-128.

nados, em função da situação global que se vivia no Oriente. Assim, as dificuldades de acesso a Malaca, frequentemente isolada por embarcações hostis, aconselhavam uma diversificação de rotas comerciais, prática de resto já antiga, mas agora mais do que nunca incentivada.

O negócio do sândalo, no fim de contas, podia efetuar-se de forma lucrativa em muitos portos da Ásia Oriental, sem necessidade de cruzar o Estreito de Singapura, e sobretudo em Macau, entreposto controlado pelos portugueses desde cerca de 1555, e nas Filipinas, que depois de 1581 e da União Ibérica tinham franqueado os seus portos, de modo informal, à navegação portuguesa. À sombra destes intensos tráficos orientais, uma significativa comunidade portuguesa tinha-se estabelecido em Macáçar, onde se destacava a figura do poderosíssimo mercador Francisco Vieira de Figueiredo.⁴⁵ E a comunidade portuguesa de Solor, logo transferida para as Flores, também parece ter conseguido manter uma certa prosperidade, apesar da impossibilidade prática, por parte dos portugueses, de conservarem o exclusivo das principais rotas marítimas naquelas remotas paragens.

Datam desta época alguns informes textuais e cartográficos mais desenvolvidos sobre Timor, que surgem em manuscritos de Manuel Godinho de Erédia, cosmógrafo luso-malaio estabelecido em Goa, que na época terão conhecido escassa circulação. Por um lado, na sua *Informação da Aurea Quersoneso*, de cerca de 1600, enumera as principais produções da ilha:

A ilha [de] Timor é terra aurífera [...] e é uma das mais prósperas e melhor[es] de todas as do Mar Oriental, porque além de haver nela muita quantidade de sândalos brancos, tartarugas, cera, mel, algodão branco e vermelho, e frutas, e muitos mantimentos, como carnes, peixes, mariscos, arroz, e grãos de toda a sorte, e muitas plantas e medicinas, há também por excelência muitas minas de ouro, *tambaga suaça*.⁴⁶

Referia de seguida os principais portos timorenses, e nomeadamente “Mena, Cervião, Afuan, Batugade, Adem [...], Camanaça, Boro, Serrin, Samoro, Fotere, Licomaçin, Batamean, Amenaban”, adiantando

⁴⁵ Sobre as atividades portuguesas na Ásia Oriental, nesta época, ver Boxer 1967; sobre Macáçar, ver Borges 2005; mais especificamente sobre a região de Timor, ver Teixeira 2002, pp. 83-96.

⁴⁶ Erédia 2008, p. 113 (*tambaga suaça*, liga de cobre, zinco e ouro).

ainda notícias sobre algumas das chefaturas que controlavam territórios timorenses.⁴⁷ Por um lado, na sua *Declaração de Malaca*, concluída em 1613, Erédia incluía o primeiro mapa mais desenvolvido de Timor, ilha que talvez tivesse visitado nas suas diversas viagens através da Insulíndia, assinalando a localização de diversos portos e reinos, como “Mena”, “Lifao”, “Seruiao”, e outros.⁴⁸

Entre 1639 e 1643, entretanto, graves acontecimentos vieram complicar a presença portuguesa nas partes mais orientais da Ásia. No primeiro desses anos, os portos do Japão eram definitivamente encerrados à navegação dos portugueses, depois de quase um século de frutuoso intercâmbio luso-nipónico. De súbito, a “prata fina” de que falara Luís Camões⁴⁹ deixava de correr em direção a Macau, marcando uma profunda viragem nos destinos económicos daquela pequena metrópole.⁵⁰ Dois anos mais tarde, em 1641, os holandeses conseguiam finalmente conquistar a praça de Malaca, no termo de quase quatro décadas de persistente hostilidade.⁵¹ E por volta de 1642 chegavam à Ásia Oriental notícias sobre a *restauração* da independência portuguesa de 1640, desenvolvimento político que em breve fechava novamente os portos filipinos às embarcações lusitanas.⁵²

OS PORTUGUESES E TIMOR NO SÉCULO XVII

Para a Coroa lusitana – e lembremo-nos que 1640 é o ano da restauração da independência – estes acontecimentos têm certamente um sabor amargo, já que marcam o inevitável declínio de uma presença e de uma influência mais que secular em territórios asiáticos. As comunidades lusas residentes em Malaca e em Macau logo tentarão recompor-se dos golpes sofridos. Assim, grande parte dos mercado-

⁴⁷ Erédia 2008, pp. 113-114.

⁴⁸ Erédia 1882, fl. 48v.

⁴⁹ Camões 2000, X-131.

⁵⁰ Sobre o final da presença portuguesa no Japão, e respetivas consequências, ver a obra clássica de Boxer 1993.

⁵¹ Relativamente à queda de Malaca, ver Disney 2011-2012, pp. 48-66; e também Lewis 1995, pp. 12-29.

⁵² Para uma análise das relações entre Macau e Manila, ver Pires 1987; e também Pambet-Jacquellard 2015.

res portugueses transferem-se da praça malaia perdida para Macáçar, onde existia já um importante núcleo lusitano, que em determinados momentos atingia o número surpreendente de 500 homens, e também para as *ilhas de Timor*, que a partir desta época adquirem uma renovada importância estratégica, paralelamente à relevância econômica nunca perdida, como fonte aparentemente inesgotável de sândalo.⁵³ A Cidade do Nome de Deus, por sua vez, redirecionará as suas rotas em direção ao Mar do Sul, área geográfica privilegiada – pela riqueza das suas produções, pela fragmentação dos seus estados, pela diversidade das suas gentes –, onde indivíduos mais empreendedores podiam ainda enriquecer à conta dos tráficos inter-regionais.⁵⁴

A partir de cerca de 1640, portanto, a presença portuguesa em Timor começa a crescer de forma relevante, de resto sem grande oposição dos habitantes da ilha. Poucos anos antes, em 1636, a chegada ao litoral timorense de frei Rafael da Veiga tinha marcado o início de uma missão mais consequente, embora os religiosos dominicanos nunca se livrassem totalmente da fama – e talvez do proveito! – de se envolverem no tráfico da odorífera madeira. Mais uma vez, interesses espirituais e materiais caminhavam lado a lado. Cinco anos mais tarde existiriam em Timor vinte e duas igrejas, onde missionavam exclusivamente os frades de São Domingos. E um pouco antes de 1645, um outro religioso da mesma ordem, frei Antônio de São Jacinto, dirigia a construção de um forte português em território timorense, na região de Cupão, na extremidade ocidental da ilha, onde parece ter-se então desenvolvido o primeiro estabelecimento português permanente. A praça foi ocupada pelos holandeses em 1653, transferindo-se os seus ocupantes para Lifau, na costa setentrional, onde se localizaria o mais importante centro português da ilha até 1668, data da transferência de atividades para Díli.⁵⁵

A Coroa lusitana começou a nomear regularmente um capitão para Timor, distinto do de Solor, depois de 1646, o que por vezes ocasionou conflitos de autoridade. Mas as *ilhas de Timor* foram, durante quase todo o século XVII, uma região de *fronteira*, onde diversos poderes, portadores de distintos interesses, procuravam impor-se,

⁵³ Ver Borges 2005; e Hägerdal 2012, pp. 83-198.

⁵⁴ Ver Boxer 1993; e também Souza 1986.

⁵⁵ Ver Villiers 1985, pp. 571-600; e também Boxer 1968, pp. 174-198.

numa coexistência nem sempre pacífica. Em primeiro lugar, os missionários dominicanos, detentores de algum ascendente moral, que lhes advinha da prolongada residência naquelas partes do Sul, mas que frequentemente punham em causa através de uma mais ou menos camuflada intervenção no tráfico do sândalo. Depois, os oficiais régios, nem sempre funcionários exemplares, que procuravam aproveitar o tempo da respetiva capitania para acumularem um razoável pecúlio. Em terceiro lugar, poderosos mercadores privados, sediados sobretudo em Macáçar, tentavam também fazer vingar a sua lei. E, em quarto lugar, o poder holandês, que, a partir de Java, de Solor e de outros locais da Insulíndia, nunca deixou de se interessar por Timor.⁵⁶

O resultado do enfrentamento de interesses tão diversos – mas que rodavam sempre em torno do sândalo *salutífero e cheiroso* – nem sempre emerge claramente das fontes documentais portuguesas, predominantemente de origem dominicana. Mas uma coisa é certa: a autoridade da Coroa lusitana, quando esporadicamente conseguiu alguma hegemonia, nunca o poderia ter feito sem a colaboração de outras forças em jogo naquelas longínquas paragens, as quais adotaram frequentemente uma política de compromisso – às vezes mesmo com os holandeses –, em prol do bom andamento dos negócios. Surgem por esta época diversas descrições de Timor, da autoria de missionários de variadas denominações, de que servirá de paradigma um relatório manuscrito com *Notícias de Timor e da sua Cristandade*, preparado em Goa na segunda metade do século XVII por anónimo dominicano, e que continha abundantes informes sobre a realidade timorense e sobre as interações de portugueses com os povos daquela ilha. O “pau de sândalo”, evidentemente, continuava a assumir todo o destaque, referindo-se que “nunca esgota nem se sente falta dele, em todas as partes da ilha onde se vai buscar”. Mas outras riquezas naturais da ilha eram apontadas, como cobre, ouro, enxofre, no âmbito de uma clara apologia da ocupação de Timor pela Coroa portuguesa: “De sorte que todas estas riquezas, postas hoje nas mãos destes gentios, de que muitos de têm já convertido à nossa santa fé católica e vão convertendo, estão oferecidas a virem com muita facilidade a poder de Sua Majestade”. O anónimo dominicano referia também uma errónea noção que circulava entre os

⁵⁶ Ver uma boa introdução à história da expansão holandesa em Boxer 1990; para uma síntese mais recente, ver Veen 2000.

portugueses, de que na ilha de Timor haveria “duas línguas somente, distintas uma da outra, que chamam Vaiquenos e Belos”.⁵⁷

Entretanto, em meados do século XVII, um quinto elemento começava a salientar-se nas *ilhas de Timor*, os *larantuqueiros*, mestiços euro-asiáticos. Alguns deles, como Mateus da Costa e António de Hornay, profundos conhecedores da realidade local e, simultaneamente, capazes de reunir importantes apoios entre os timorenses, e também entre as comunidades de mercadores estrangeiros, conseguiram ascender a lugares de relevo, mesmo contra a oposição do *Estado da Índia*, demasiado afastado para poder ditar condições na região. Depois de 1664, ambos disputaram o governo de Timor, numa que-rela que apenas teve fim com a morte de Mateus da Costa em 1673. Posteriormente, Hornay haveria de governar a ilha de Timor como um rei não coroado durante cerca de vinte anos, até 1693, respeitando os interesses lusitanos, é certo, mas recusando qualquer interferência na sua administração. Talvez a hegemonia deste homem se explicasse, em parte, pelo apoio que em determinada altura lhe proporcionou, a partir de Macáçar, o poderoso Francisco Vieira de Figueiredo. O primeiro governador a conseguir estabelecer uma réstia de autoridade portuguesa na parte oriental de Timor – já que os holandeses, a partir de Cupão, dominavam a parte ocidental – seria António Coelho Guerreiro, que chegou à ilha em 1702, com o título de Governador e Capitão-Geral das ilhas de Timor e Solor.⁵⁸ Inaugurava-se então um longo período de hegemonia lusitana sobre a parte oriental da ilha do sândalo, que se estenderia até ao século XX.⁵⁹

BIBLIOGRAFIA CITADA

ANDRADE 1972 – António Alberto Banha de Andrade, *Novos Mundos do Mundo: Panorama da difusão, pela Europa, de notícias dos Descobrimentos Geográficos Portugueses*, 2 vols., Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1972.

⁵⁷ Loureiro 1995, pp. 146-147. Na verdade, estas designações aplicavam-se antes a povos, mais do que às línguas timorenses, de que na ilha existiam muitas mais; o autor anónimo referia-se ao baiqueno e ao tétum.

⁵⁸ Sobre esta personagem, ver Matos 1993, pp. 107-111. Sobre a presença portuguesa em Timor no século XVIII, ver Matos 1974; e também Hägerdal 2012, pp. 199-252.

⁵⁹ Sobre a história de Timor nos séculos XVIII a XX, ver Gunn 1999.

- BARBOSA 1996-2000 – Duarte Barbosa, *O Livro de Duarte Barbosa (Edição Crítica e Anotada)*, ed. Maria Augusta da Veiga e Sousa, 2 vols., Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical & Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1996-2000.
- BORGES 2005 – Maria do Carmo Mira Borges, *Os portugueses e o Sultanato de Macaçar no século XVII*, Cascais, Câmara Municipal de Cascais, 2005.
- BOUCHON 1992 – Geneviève Bouchon, *Albuquerque: Le lion des mers d'Asie*, Paris, Editions Desjonquères, 1992.
- BOXER 1967 – Charles R. Boxer, *Francisco Vieira de Figueiredo: A Portuguese Merchant-Adventurer in South East Asia, 1624-1667*, Haia, Martinus Nijhoff, 1967.
- BOXER 1968 – Charles R. Boxer, *Fidalgos in the Far East, 1550-1770*, Oxford, Oxford University Press, 1990.
- BOXER 1990 – Charles R. Boxer, *The Dutch Seaborne Empire, 1600-1800*, Londres, Penguin Books, 1990.
- BOXER 1993 – Charles R. Boxer, *The Christian Century in Japan, 1549-1650*, Manchester, Carcanet, 1993.
- CAMÕES 2000 – Luís de Camões, *Os Lusíadas*, ed. Álvaro Júlio da Costa Pimpão & Aníbal Pinto de Castro, Lisboa, Instituto Camões, 2000.
- CINATTI 1950 – Ruy Cinatti, *Esboço histórico do Sândalo no Timor português*, Lisboa, Junta de Investigações Coloniais, 1950.
- CORTESÃO 1974-1975 – Armando Cortesão, *Esparsos*, 3 vols., Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis, 1974-1975.
- CORTESÃO 1978 – Armando Cortesão, *A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues*, Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis, 1978.
- CORTESÃO & MOTA 1987 – Armando Cortesão & Avelino Teixeira da Mota (eds.), *Portugaliae Monumenta Cartographica*, 6 vols., Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1987.
- COSTA 1964 – Cristóvão da Costa, *Tratado das drogas e medicinas das Índias Orientais*, ed. Jaime Walter, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1964.
- COUTO 1995 – Jorge Couto, *A construção do Brasil: Ameríndios, Portugueses e Africanos do início do povoamento a finais de Quinhentos*, Lisboa, Edições Cosmos, 1995.
- CRUZ 1997 – Frei Gaspar da Cruz, *Tratado das coisas da China (Évora, 1569-1570)*, ed. Rui Manuel Loureiro, Lisboa, Cotovia, 1997.
- DISNEY 2011-2012 – Anthony Disney, “Malacca in the Era of Viceroy Linhares (1629-35)”, in Laura Jarnagin (ed.), *Portuguese and Luso-Asian Legacies in Southeast Asia, 1511-2011*, 2 vols., Singapura, Institute of Southeast Asian Studies, 2011-2012, vol. 1, pp. 48-66.
- ERÉDIA 1882 – Manuel Godinho de Erédia, *Malaca, l'Inde Méridionale et le Cathay*, ed. Léon Janssen, Bruxelas, Librairie Européenne C. Muquardt, 1882.
- ERÉDIA 2008 – Manuel Godinho de Erédia, *Informação da Aurea Quersoneso*, ed. Rui Manuel Loureiro, Lisboa, Centro Científico e Cultural de Macau, 2008.

- GARCIA 1992 – José Manuel Garcia, *Portugal e os Descobrimentos*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1992.
- GARCIA 2008 – José Manuel Garcia, *O Livro de Francisco Rodrigues: O Primeiro Atlas do Mundo Moderno*, Porto, Editora da Universidade do Porto, 2008.
- GUNN 1999 – Geoffrey C. Gunn, *Timor Loro Sae, 500 Anos*, trad. João Aguiar, Macau, Livros do Oriente, 1999.
- HÄGERDAL 2012 – Hans Hägerdal, *Lords of the Land, Lords of the Sea: Conflict and adaptation in early colonial Timor, 1600-1800*, Leiden, KITLV Press, 2012.
- LAGOA 1938 – João António Mascarenhas Júdice, Visconde de Lagoa, *Fernão de Magalhães: A Sua Vida e a Sua Viagem*, 2 vols., Lisboa, Seara Nova, 1938.
- LEITÃO 1948 – Humberto Leitão, *Os Portugueses em Solor e Timor de 1515 a 1702*, Lisboa, Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1948.
- LEWIS 1995 – Dianne Lewis, *Jan Compagnie in the Straits of Malacca, 1641-1795*, Athens, Ohio University Center for International Studies, 1995.
- LINSCHOTEN 1997 – Jan Huygen van Linschoten, *Itinerário, Viagem ou Navegação de Jan Huygen van Linschoten para as Índias Orientais ou Portuguesas*, ed. Arie Pos & Rui Manuel Loureiro, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.
- LOBATO 1999 – Manuel Lobato, *Política e comércio dos Portugueses na Insulíndia. Malaca e as Molucas de 1575 a 1605*, Macau, Instituto Português do Oriente, 1999.
- LOBATO 2009 – Manuel Lobato, *Fortificações Portuguesas e Espanholas na Indonésia Oriental*, Lisboa, Prefácio, 2009.
- LOUREIRO 1995 – Rui Manuel Loureiro, *Onde nasce o sândalo: Os Portugueses em Timor nos Séculos XVI e XVII*, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1995.
- MANSO 2009 – Maria de Deus Beites Manso, *A Companhia de Jesus na Índia (1542-1622): Actividades Religiosas, Poderes e Contactos Culturais*, Macau, Universidade de Macau & Universidade de Évora, 2009.
- MATOS 1974 – Artur Teodoro de Matos, *Timor Português 1515-1769*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1974.
- MATOS 1993 – Artur Teodoro de Matos, “António Coelho Guerreiro, mercador, burocrata e governador”, *Mare Liberum*, n. 5, 1993, pp. 107-111.
- MEILINK-ROELOFSZ 1969 – M. A. P. Meilink-Roelofs, *Asian Trade and European Influence in the Indonesian Archipelago between 1500 and about 1630*, Haia, Martinus Nijhoff, 1969.
- NEBENZAHL 2004 – Kenneth Nebenzahl, *Mapping the Silk Road and Beyond*, Londres, Phaidon, 2004.
- ORTA 1987 – Garcia de Orta, *Colóquios dos simples e drogas da Índia*, ed. Conde de Ficalho, 2 vols., Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1987.
- PAMBET-JACQUELARD 2015 – Clotilde Pambet-Jacquelard, *De Séville à Manille, 1520-1609: Premiers regards espagnols sur la mer de Chine*, Paris, Indes Savantes, 2015.

- PIRES 1987 – Benjamim Videira Pires, *A viagem de comércio Macau-Manila nos séculos XVI a XIX*, Macau, Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1987.
- PTAK 1999 – Roderich Ptak, *China's Seaborne Trade with South and Southeast Asia (1200-1750)*, Aldershot, Ashgate variorum, 1999.
- REID 1988-1993 – Anthony Reid, *Southeast Asia in the Age of Commerce*, 2 vols., New Haven, Yale University Press, 1988-1993.
- ROEVER 2002 – Arend de Roever, *De Jacht op Sandelbout: De VOC en de tweedeling van Timor in de zeventiende eeuw*, Zutphen, Walburg Press, 2002.
- SANTOS 1999 – Frei João dos Santos, *Etiópia Oriental e Vária História de Cousas Notáveis do Oriente*, ed. Manuel Lobato & Maria do Carmo Guerreiro Vieira, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.
- SCAMMELL 1981 – G. V. Scammell, *The World Encompassed: The first European maritime empires, c.800-1650*, Londres, Methuen, 1981.
- SOUSA & SANTA CATARINA 1977 – Frei Luís de Sousa & Frei Lucas de Santa Catarina, *História de S. Domingos*, ed. Manuel Lopes de Almeida, 2 vols., Porto, Lello & Irmão, 1977.
- SOUZA 1986 – George Bryan Souza, *The Survival of Empire: Portuguese Trade and Society in China and the South China Sea, 1630-1754*, Cambridge, Cambridge University Press, 1986.
- SUÁREZ 1999 – Thomas Suárez, *Early Mapping of Southeast Asia*, Singapura, Periplus, 1999.
- SUBRAHMANYAM 1993 – Sanjay Subrahmanyam, *The Portuguese Empire in Asia 1500-1700: A Political and Economic History*, Londres, Longman, 1993.
- TEIXEIRA 2002 – André Teixeira, “Comércio português na região de Timor na segunda metade do século XVII”, *Oriente*, n. 4, 2002, pp. 83-95.
- THOMAZ 1994 – Luís Filipe Thomaz, *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, 1994.
- THOMAZ 2001 – Luís Filipe Thomaz, “Timor: da proto-história à consolidação do protectorado português”, *Oriente*, n. 1, 2001, pp. 39-52.
- THOMAZ 2003 – Luís Filipe F. R. Thomaz, “As cartas malaías de Abu Hayat, sultão de Ternate, a el-Rei de Portugal e os primórdios da presença portuguesa em Maluco”, *Anais de História de Além-Mar*, vol. 4, 2003, pp. 381-446.
- VEEN 2000 – Ernst van Veen, *Decay or Defeat? An Inquiry into the Portuguese Decline in Asia, 1580-1645*, Leiden, CNWS, 2000.
- VILLIERS 1985 – John Villiers, “As derradeiras do mundo: The dominican missions and the sandalwood trade in the Lesser Sunda islands in the sixteenth and seventeenth centuries”, in Luís de Albuquerque & Inácio Guerreiro (eds.), *Actas do II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Lisboa, Instituto de Investigações Científicas Tropicais, 1985, pp. 571-600.